

Clipping Diário

TJPI



26.02.2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	26.02.2019	-	

PROJETO DE LEI

LRF impede reajuste salarial para servidores do Judiciário

O Tribunal de Justiça do Piauí encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que reajusta em 4,07% os salários dos servidores. Os deputados disseram que é preciso discutir o projeto, pois a situação financeira do Estado não permite conceder reajuste.

O governador Wellington Dias deve conversar com os Poderes. O deputado João Madison comentou que se os parlamentares aprovarem o aumento para o Judiciário pode gerar efeito cascata para os demais poderes e para os servidores do Estado.

“O Tribunal de Justiça encaminhou projeto que reajusta os salários dos servidores. Defendo que ocorra o diálogo entre o governador e os demais Poderes para mostrar a realidade do

governo. Se isso não ocorrer, a Assembleia é que ficará com o problema. O governador tem que se reunir e mostrar a situação do Estado. É preciso conversar com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça para mostrar que é preciso dividir o ônus com todos. Porque, senão o aumento não poderá ser aprovado”, explicou João Madison.

Os servidores do TJPI teriam um aumento de 4,07% dividido em duas vezes, 2% retroativo a janeiro e 2,07% em junho. No projeto, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, informou que o reajuste está previsto na Resolução 129/2019 aprovada pelos desembargadores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	26.02.2019	-	

CABO DO PIAUÍ

Denúncia contra PM acusado de matar cabo chega a Justiça

Francisco Ribeiro dos Santos Filho foi indiciado por homicídio qualificado por motivo fútil

Nathalia Amaral
PortalODIA.com

A juíza da 1ª Vara do Tribunal Popular do Júri de Teresina, Maria Zilnar Coutinho Leal, recebeu na última sexta-feira (22) a denúncia do Ministério Público contra o cabo da Polícia Militar do Maranhão, Francisco Ribeiro dos Santos Filho, acusado de matar a tiros o cabo da PM do Piauí, Samuel de Sousa Borges, após uma abordagem na zona Leste de Teresina. O crime aconteceu no dia 1º de fevereiro.



O PM Samuel de Sousa Borges foi morto no dia 1º de fevereiro

Na decisão, a magistrada frisa que é verificada a justa causa para deflagração da ação penal, uma vez que há provas da materialidade do fato, através do laudo cadavérico da vítima e indícios de autoria ou participação no crime, evidenciado por meio de depoimentos de testemunhas colhidos durante a investigação criminal.

Francisco Ribeiro dos Santos Filho, apontado como o autor dos disparos que tiraram

a vida do cabo Samuel Borge, foi indiciado por homicídio qualificado por motivo fútil. Segundo investigações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o soldado teria atirado contra o colega de farda após ser abordado pela vítima em uma moto sem placa. No momento do crime, o acusado portava duas armas, uma delas irregular. A vítima, que estava acompanhada do filho, chegou a

gravar o próprio assassinato pelo celular.

A defesa de Francisco Ribeiro chegou a entrar na Justiça com um pedido de recambiamento do acusado para o estado do Maranhão, local onde exerce a profissão de policial militar. No entanto, o pedido foi negado pelo juiz da Central de Inquéritos de Teresina, Valdemir Ferreira Santos, que entendeu que não cabe realizar o recambiamento do detento, em razão de se tratar de crime cometido no Estado do Piauí e o recambiamento do preso dificultaria a própria instrução criminal.

O acusado foi preso em flagrante no momento do crime e teve a prisão convertida em preventiva no dia 2 de fevereiro. Atualmente, Francisco Ribeiro dos Santos Filho espera julgamento em regime fechado na Penitenciária José Arimateia Barbosa Leite, em Campo Maior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	26.02.2019	-	

A ordem é cortar despesas no judiciário

25/02/19, 07:50



A ordem no Tribunal de Justiça do Estado é cortar despesas. Por conta disso, a revisão anual dos salários dos servidores, determinada pela Resolução 230/2017, em 2019 prevê apenas a correção da inflação de 2018. Além disso, a medida não abrange servidores comissionados e funções gratificadas. O esforço é para seguir cumprindo à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal.

LINK: <https://cidadeverde.com/temporeal>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	26.02.2019	-	

[Deputados reagem a projeto de aumento do salário dos servidores do Judiciário](#)

O Tribunal de Justiça do Piauí encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado Projeto de Lei que reajusta em 4,07% os salários dos servidores. A proposta tem gerado polêmica na Casa. Os deputados afirmam que é preciso discutir melhor o projeto já que o governador afirma que diante da situação financeira do Estado não é possível conceder reajuste.

O deputado João Madison (MDB) afirma que o governador deve conversar com os Poderes. Ele diz temer que a aprovação para o Judiciário possa gerar efeito cascata e uma série de protesto entre os servidores públicos estaduais e dos outros Poderes.

“O Tribunal de Justiça encaminhou projeto que reajusta os salários dos servidores. Defendo que ocorra o diálogo entre o governador e os demais Poderes para mostrar a realidade do governo. Se isso não ocorrer, a Assembleia é que ficará com o problema. O governador tem que se reunir e mostrar a situação do Estado. É preciso conversar com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça para mostrar que é preciso dividir o ônus com todos. Porque se não o aumento não poderá ser aprovado”, disse.

De acordo com o Projeto de Lei, os servidores do TJE terão um aumento de 4,07 por cento. No ofício encaminhado à Casa, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, informou que o reajuste está previsto na Resolução 129/2019 aprovada pelos desembargadores que integram o Poder Judiciário.

O reajuste será fracionado, sendo o percentual de 2% retroativo a 1º de janeiro de 2019 e o percentual de 2,07% incidente a partir de 1º de junho de 2019.

LINK: <https://cidadeverde.com/noticias/294240/deputados-reagem-a-projeto-de-aumento-do-salario-dos-servidores-do-judiciario>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
G1	26.02.2019	-	

Justiça recebe denúncia contra PM do MA acusado de matar policial do Piauí na frente do filho

O Tribunal de Justiça do Piauí recebeu denúncia contra o policial militar maranhense Francisco Ribeiro dos Santos Filho, **acusado de matar o cabo Samuel de Sousa Borges, do Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRone), na frente do filho**. A decisão, da juíza Maria Zilnar Coutinho Leal, da 1ª Vara do Tribunal Popular do Júri, é da sexta-feira (22).

Francisco dos Santos **foi indiciado por homicídio qualificado por motivo fútil** pelo Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP). O crime aconteceu no dia 1º de fevereiro. De acordo com o delegado Francisco Costa, o Barêta, Samuel Borges foi baleado após abordar o acusado ao perceber uma atitude suspeita.

"Ele estava em uma moto sem placa e portando duas armas, que o cabo notou sob a roupa do PM do Maranhão", informou o delegado Barêta, coordenador do DHPP. O **policial piauiense filmou a abordagem com o celular**. "Por estar fora de serviço, para evitar uma denúncia de abordagem irregular", disse Barêta.

Ao chegar diante da escola onde foi morto, a vítima pediu novamente para que o acusado encostasse a moto, dizendo que o denunciaria à Corregedoria da PM do Maranhão. Nesse momento, Samuel Borges foi ferido pelo primeiro disparo, que atingiu sua mão. Em seguida ele foi atingido na cabeça e no peito

Preso preventivamente

Francisco dos Santos foi preso em flagrante no dia do crime e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 2 de fevereiro durante audiência de custódia. Inicialmente, ele foi levado para o Hospital de Urgência de **Teresina** (HUT), onde passou por cirurgia no maxilar, em decorrência da agressão que sofreu após o crime.

Após o procedimento cirúrgico, ele foi encaminhado para a Penitenciária Irmão Guido, onde permaneceu até ser transferido para a Penitenciária José Arimateia Barbosa Leite, em **Campo Maior**, após decisão judicial do juiz Valdemir Ferreira Santos, da Central de Inquéritos, no dia 12 de fevereiro. A Justiça recebeu ainda uma sugestão da Diretoria de Administração Penitenciária da Sejus para que o policial ficasse custodiado em algum quartel da Polícia Militar no Estado do Maranhão, mas a recomendação foi negada.

LINK: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/02/25/justica-recebe-denuncia-contr-pm-do-ma-acusado-de-matar-policia-do-piaui-na-frente-do-filho.ghtml>